

a

EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
ARTÍSTICO e NACIONAL EM
SÃO PAULO: O CASO DA
RESTAURAÇÃO DA IGREJA DE
SÃO MIGUEL, 1939-1941

RESUMO

O presente artigo – o primeiro de uma série de quatro textos – objetiva lançar luzes sobre as práticas de preservação do patrimônio arquitetônico, avaliando a experiência do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em território paulista. Por meio da análise de uma de suas obras de restauração pioneiras, avaliaremos os primeiros anos de atuação da instituição, buscando compreender não somente a estruturação de seus procedimentos internos, a formação das equipes, e as dificuldades colocadas tanto pelos escassos recursos disponíveis quanto pela falta de experiências anteriores, mas, sobretudo, procurando identificar os conceitos que guiaram as propostas de intervenção realizadas, bem como as técnicas e os métodos utilizados que permitiram, efetivamente, a preservação desses bens. A obra em prol da Igreja de São Miguel – listada entre os primeiros bens descobertos pelo SPHAN –, contou com a participação ativa de Mário de Andrade, inaugurando, com o Convento de Embu, as atividades da regional paulista, e indicando os rumos dos futuros trabalhos realizados sob a direção do arquiteto Luis Saia. A continuidade dessas análises dar-se-á nos três artigos seguintes, no qual estudaremos as intervenções no conjunto do sítio e Capela de Santo Antônio, em São Roque, na Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia, e na Fazenda Pau D'Alho, em São José do Barreiro, percorrendo, deste modo, a trajetória de atuação do então SPHAN sobre o patrimônio edificado, até meados da década de 70. Buscando destacar as conexões que as intervenções selecionadas guardam entre si, avaliaremos, enfim, o modo como foram absorvidas as formulações dos principais teóricos, desde Viollet-le-Duc, e as posturas das primeiras recomendações internacionais para intervenção no patrimônio, tendo, como pano de fundo, o contexto cultural específico, brasileiro, da primeira metade do século 20.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio arquitetônico, preservação, restauração, SPHAN, Luis Saia.

LA EXPERIENCIA DEL SERVICIO
DEL PATRIMONIO HISTÓRICO Y
ARTÍSTICO NACIONAL EN SÃO
PAULO: EL CASO DE LA
RESTAURACIÓN DE LA IGLESIA DE
SÃO MIGUEL, 1939-1941

RESUMEN

El presente artículo – el primero de una serie de cuatro textos – objetiva lanzar luces sobre las prácticas de preservación del patrimonio arquitectónico, evaluando la experiencia del entonces Servicio del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (SPHAN), en territorio de São Paulo. A través del análisis de una de sus obras pioneras de restauración, evaluaremos los primeros años de actuación de la institución, buscando comprender no solo la estructuración de sus procedimientos internos, la formación de los equipos y las dificultades planteadas tanto por los escasos recursos disponibles cuanto por la falta de experiencias anteriores, sino, sobretudo, buscando identificar los conceptos que orientaron las propuestas de intervención realizadas, así como las técnicas y métodos utilizados, que permitieron, efectivamente, la preservación de estos bienes. La obra en pro de la Iglesia de São Miguel – listada entre los primeros bienes “descubiertos” por el SPHAN –, ha tenido la activa participación de Mário de Andrade, inaugurando, con el Convento de Embu, las actividades de la regional de São Paulo, y apuntando los rumbos de los futuros trabajos realizados bajo la dirección del arquitecto Luis Saia. La continuidad de estos análisis se harán en los tres artículos siguientes, en que iremos a estudiar las intervenciones en el conjunto del Sítio y Capilla de Santo Antônio, en São Roque, en la Casa de Cámara y Cárcel de Atibaia, y en la hacienda Pau D’Alho, en São José do Barreiro, recorriendo, de este modo, la trayectoria de actuación del entonces SPHAN sobre el patrimonio edificado, hasta mediados de la década del 70. Buscando destacar las conexiones que las intervenciones seleccionadas guardan entre sí, evaluaremos, en fin, el modo como fueron absorbidas las formulaciones de los principales teóricos, desde Viollet-le-Duc, y las posturas de las primeras recomendaciones internacionales para intervención en el patrimonio, teniendo, como escenario, el contexto cultural específico, brasileño, de la primera mitad del siglo 20.

PALABRAS CLAVE

Patrimonio arquitectónico, preservación, restauración, SPHAN, Luis Saia.

THE EXPERIENCE OF THE
NATIONAL HISTORICAL AND
ARTISTIC HERITAGE SERVICE IN
SÃO PAULO: THE CASE OF THE
RESTORATION OF SAINT MICHEL'S
CHURCH, 1939-1941

ABSTRACT

This article, the first in a series of four reports, assists in an understanding of Brazilian architectural heritage preservation practices. It analyses the experience of the federal organ then called the National Historical and Artistic Heritage Service (SPHAN in Portuguese) in São Paulo. By analysing one of its first restoration works, we will review the first years of this organ's activities in an effort to understand its structure, how its staff was organized, and the difficulties presented by its scarce resources as well as by the lack of previous experiences in heritage preservation. We will primarily attempt to identify the concepts that guided the preservation and restoration work, as well as the methods and the techniques used in preserving these assets. The preservation work at Saint Michel's church – among the first buildings “discovered” by SPHAN – counted on the active involvement of Mário de Andrade. This work, together with the restoration of the Embu Convent, marked the beginning of the activities of São Paulo's regional chapter. It also pointed the way to future work, under the direction of architect Luis Saia. This analysis will proceed in three other reports, which study the work at Saint Antony's ranch and chapel in São Roque, at the City Council and Jail building in Atibaia, and at Pau D'Alho's farm in São José do Barreiro. These reports will follow SPHAN's development up to the mid-1970s. In pointing out the connections between the restoration and conservation work carried out at these sites, we will study the ways in which this organ absorbed the most important theories of its time, from Viollet-le-Duc onward. We will also examine the recommendation of the first international reports for heritage preservation initiatives within the specifically Brazilian cultural context of the first half of the 20th century.

KEY WORDS

Architectural heritage, preservation, restoration, SPHAN, Luis Saia.

Formalizado pelo Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – foi estruturado a partir de uma diretoria central, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e regionais espalhadas pelo país. Naquele mesmo ano, a regional de São Paulo iniciou suas atividades, sob a liderança de Mário de Andrade e com a colaboração, entre outros, do ainda estudante Luis Saia¹. Com a morte do escritor, em 1945, Luis Saia assumiu a direção do então denominado 4º Distrito, conduzindo, até 1975 – ano de seu falecimento – a execução de várias obras de restauração em prol dos monumentos paulistas identificados e tombados pelo órgão.

Avaliar a experiência do SPHAN, nesse período inicial – a chamada fase “heróica”² –, quando o olhar e a ação dos técnicos volta-se, sobretudo, para a recuperação e salvaguarda do patrimônio edificado, significa não somente investigar as dificuldades, surgidas pela imensa vastidão do território a explorar, pelos poucos recursos disponíveis – humanos e materiais –, e pela falta de referências anteriores nas quais pudessem se embasar, mas também reconhecer os esforços, avaliar os méritos e até mesmo as incoerências de um processo pioneiro.

É dentro desse panorama que o presente artigo – o primeiro de uma série de quatro textos – pretende contribuir, lançando luzes sobre as práticas de preservação do patrimônio arquitetônico e avaliando a experiência do SPHAN, por meio da análise de uma de suas obras pioneiras de intervenção realizada em território paulista: a restauração da Igreja de São Miguel³.

A continuidade dessas análises dar-se-á nos artigos seguintes, nos quais estudaremos as intervenções no conjunto do Sítio e Capela de Santo Antônio⁴, em São Roque, na Casa de Câmara e Cadeia⁵ de Atibaia, e na Fazenda Pau D’Alho⁶, em São José do Barreiro, percorrendo, deste modo, mais de três décadas de atuação (ver Quadro 1).

(1) Segundo Ficher (1989, p. 606-609), Luis Saia teria ingressado para o curso de engenheiro-arquiteto em 1932, na Politécnica. Em 1936 teria concluído o curso de etnografia e folclore da Prefeitura de São Paulo e começado a trabalhar com Mário de Andrade, no SPHAN, já em 1937.

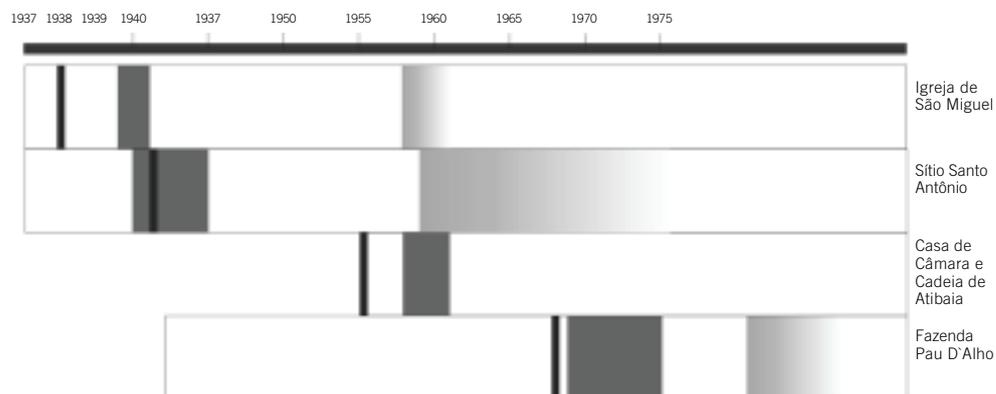
(2) Para Cavalcanti (1996, p. 114): “A primeira fase da repartição é freqüentemente referida como a fase ‘heróica’. ‘Heróica’ por conta do ‘romantismo’ das viagens para desvendar a realidade brasileira tão exótica e desconhecida no próprio país; pela escassez de recursos e número de funcionários para a hercúlea tarefa de classificar e tomar conta dos bens em todo o território nacional. A excitação revolucionária e o trabalho apaixonado de redescoberta do Brasil alternam-se, entretanto, desde os primeiros tempos do Sphan, com a angústia e o sofrimento derivados do sentimento de impotência face à enorme burocracia que envolvia cada projeto na rotina do órgão.”

(3) Tombamento pelo IPHAN em 1938.

(4) Tombamento pelo IPHAN em 1941.

(5) Tombamento pelo IPHAN em 1955.

(6) Tombamento pelo IPHAN em 1968.



Quadro 1: A regional do SPHAN e as intervenções selecionadas (1937-1975)
Crédito: Autora

Legenda

- Data do Tombamento
- 1ª Fase de Restauração
- Etapas posteriores de intervenção

(7) O roteiro elaborado pelo arquiteto Samuel Kruchin, estabelece, basicamente, três etapas a serem cumpridas, quais sejam: a de levantamentos – na qual serão resgatados os dados históricos (documental e iconográfico), feitos registros gráficos e fotográficos do estado atual da edificação, a etapa analítica, em que serão confrontadas as informações coletadas e realizadas as avaliações com o devido registro gráfico das patologias observadas, e, finalmente, a etapa de projeto, contemplando as justificativas conceituais e especificações técnicas de restauro, em memorial e pranchas de desenho. Notas de aula da disciplina Restauro: Metodologia de Intervenção, ministrada no curso de especialização Patrimônio Arquitetônico: Preservação e Restauro, da Universidade Cruzeiro do Sul (São Paulo-SP), durante os meses de agosto e outubro de 2002.

A partir de uma base metodológica atual⁷, estabelecemos um roteiro, comum a todas as análises, que buscou contemplar as etapas preliminares – de pesquisa histórica e iconográfica, levantamentos e prospecções –, e executivas – projeto, plano de obras e procedimentos de trabalho –, além de detalhar, em dois itens específicos, as soluções técnicas aplicadas e a fundamentação conceitual observada em cada caso.

Procurando destacar as conexões que as intervenções selecionadas guardam entre si, mas também ressaltando suas diferenças, avaliaremos de que modo foram absorvidas as formulações dos principais teóricos, desde Viollet-le-Duc, e as posturas das primeiras recomendações internacionais para intervenção no patrimônio, nas propostas do arquiteto Luis Saia, tendo, como pano de fundo, o contexto cultural específico, brasileiro, da primeira metade do século 20.

O CASO DA RESTAURAÇÃO DA IGREJA DE SÃO MIGUEL, 1939-1941

“Acabo de fazer a segunda viagem de perfuntória pesquisa, pelos arredores de São Paulo. Viagens penosíssimas, principalmente a de hoje, pois que trata de pesquisa de capelas e casas-grandes históricas. Desconfio que a coisa terá de ir com muita lentidão. S. Paulo não é como Minas que pode salvar grandezas de arte, e a rebusca aqui implica constantemente a saída das rodovias por verdadeiros trilhos de índios, mesmo aqui pelo arredor da capital. Talvez, aliás, principalmente aqui. [...].

E agora vou dormir que estou sem força mais. Doze horas de sóis e frios bruscos, duas fartas caminhadas a pé e mais fartas e talvez piores chacoalhações de automóvel.”

(ANDRADE, 1981, p. 71)

O relato de Mário de Andrade ao então diretor do recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo M. F. de Andrade, em 12 de junho de 1937, descreve bem o árduo início dos trabalhos de levantamento e inventário dos bens arquitetônicos paulistas. Com um carro cedido pelo prefeito Fábio Prado, dois auxiliares – o Nuto Sant’Ana, historiador e chefe da Subdivisão de Documentação Histórica



Figura 1: Igreja de São Miguel Paulista, por volta de 1938
Fonte: IPHAN 9ª SR/SP

(8) “Fizemos a miséria seiscentista de Voturuna de que sobra apenas a sacristia, [...] Depois fizemos Parnaíba, onde a igreja é importantíssima como construção, mas feia como o diabo. Não deu para fazer o plano, o engenheiro voltará lá. Não fotiei a igreja, mas já me arrependi. Feia ou bonita, acho que se deveria fotar qualquer fachada de igreja que se pretende por qualquer motivo tomar. [...] Fotiei a horrenda porta por causa do estilo, um púlpito e um frontão interno churriguerescos, feios como três dias de chuva. Depois fomos a S. Miguel, mas o dia chuvoso impediu fotar por fora.” ANDRADE, 1981, p. 77.

(9) Informações acerca do histórico da aldeia e da construção e reformas da Igreja de São Miguel extraídas do documento *Histórico. Antecedentes e utilização*. IPHAN, Arquivo Noronha Santos/RJ, Pasta de Inventário: CX. 635 Pasta 2448. Cf. Gonçalves, 2003, p. 24-27.

do Departamento de Cultura, e Luis Saia, “engenheirando dedicado e apaixonado de coisas históricas e coloniais” (ANDRADE, 1981, p. 67) – e também um fotógrafo, iniciou-se a busca pelo “pouco [...] de seiscentista e setecentista, [...] onde se passaram grandes fatos históricos” (ANDRADE, 1981, p. 69).

Considerada “uma das relíquias históricas do Estado” (ANDRADE, 1981, p. 82) e “importantíssimo documento arquitetônico, por ser uma das raras igrejinhas [...] com alpendre na frente” (Ibid., p. 82), o fato de ser um exemplar do século 17 iria justificar a inclusão da Igreja de São Miguel no primeiro levantamento dos bens passíveis de inscrição no Livro do Tombo do SPHAN. Como desde o início alertava Mário de Andrade, “não é possível esperar de S. Paulo grande coisa com valor artístico tradicional” (ANDRADE, 1981, p. 80), e, portanto, o plano era levantar a planta esquemática de qualquer igreja que, “feia ou bonita”⁸, possuísse valor histórico.

Segundo informações constantes no *Primeiro relatório*, elaborado por Mário de Andrade, o núcleo mais antigo da Igreja de São Miguel Paulista teria sido construído em taipa de pilão pelos paulistas Fernão Munhoz e Pe. João Álvares, e concluído, provavelmente, no ano de 1622. Em fins do século 18, então sob a assistência dos frades franciscanos, teria sofrido sua primeira reforma mais expressiva, recebendo, sobre o corpo primitivo da nave, um alçamento em tijolos de adobe (ver Figura 2)⁹.

Por volta de 1904 foram registrados pequenos reparos e a inserção de forro na nave central. Em 1927, ainda segundo o relatório de Mário de Andrade, teria sido executada a última reforma, na qual teriam sido reforçadas as bases erodidas da taipa e reexecutada a pintura interna.

Durante três séculos, a falta de recursos da paróquia tanto para realizar serviços mais extensos quanto para edificar um novo templo acabou

contribuindo, em certa medida, para a preservação da Capela de São Miguel, tal como foi encontrada pelos técnicos do SPHAN.

Dividida em duas etapas distintas (1ª fase: 1939/41 e 2ª fase: 1958/61). A primeira fase da obra – que concentra as soluções de restauro propriamente ditas, e, portanto, será o foco de nossas análises – contemplou desde procedimentos para consolidação estrutural da taipa até intervenções para recuperar a “feição primitiva” do monumento, como veremos a seguir.



Figura 2: Vista lateral da igreja. Notar a elevação do corpo da nave e edificação contígua, aos fundos
Fonte: IPHAN 9ª SR/SP



Figura 3: Detalhe da aquarela de Thomas Ender retratando a Igreja de São Miguel. Notar a elevação da torre, à direita
 Fonte: *Viagem ao Brasil – Rio de Janeiro e São Paulo nas aquarelas de Thomas Ender, 1817-1818*, 2003

(10) Atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

(11) “... Tudo também ficou meio em desordem com as preocupações de montagem do escritório do SPHAN e da mudança. O escritório é na rua Marconi [...]. Quanto à pesquisa de artistas paulistas ou que aqui trabalharam provavelmente usarei o mesmo processo que emprego para meus fichários particulares, [...] É fácil determinar que eu pesquise preliminarmente revistas e documentários paulistas como a Revista do Arquivo, a do nosso Instituto Histórico, as séries de ‘Documentos Interessantes’ ou ‘Inventários’. [...] Até segunda-feira cairei duro nesse trabalho....”. O relato de Mário de Andrade é registrado na carta enviada ao doutor Rodrigo M. F. de Andrade, em março de 1941 (ANDRADE, 1981, p. 132-133).

(12) Embora citada na obra *Morada paulista* (1995, p. 17), de Luis Saia, originalmente publicada em 1972, não foram localizadas referências explícitas à aquarela de Ender, na

Etapa preliminar: pesquisa histórica, levantamentos e prospecções

Apesar do valor histórico da igreja – fator preponderante para sua preservação –, são visíveis as lacunas, na documentação hoje existente nos arquivos do antigo SPHAN¹⁰, relativas às pesquisas históricas e aos documentos autênticos que pudessem elucidar as questões referentes às etapas de construção e às alterações formais sofridas pelo imóvel. Entre os fatores que as justificam estão: as dificuldades de acesso aos arquivos da cúria e a reduzida equipe da regional paulista, nessa ocasião ainda sem sede própria, bem como a ausência de pesquisas sistemáticas, anteriormente empreendidas, nas quais pudessem se basear. O trabalho de pesquisa que interessava ao SPHAN realizar era, então, pioneiro e recaía, sobretudo, na figura de Mário de Andrade¹¹.

Uma fonte iconográfica significativa é relativa à descoberta da aquarela de Thomas Ender, artista que percorreu as terras paulistas por volta de 1817, retratando a Igreja de São Miguel com uma torre contígua à nave central, alpendre frontal com pilares de bases salientes e corpo lateral com pequenas aberturas retangulares (ver Figura 3). Apesar da estranha proporção de alguns elementos e da presença da torre, acreditamos que essa imagem tenha sido o único documento iconográfico importante, de apoio às análises, descoberto pelos técnicos da regional¹².

Na ausência de referenciais iconográficos e históricos seguros para empreender a reconstituição formal e recuperação de elementos originais da edificação, recorreu-se, então, ao resgate dos registros orais de antigos moradores e à verificação, com investigações prospectivas. Esse foi o caso, por exemplo, da solução proposta para o alpendre lateral, como se apreende da documentação enviada ao diretor, em 8 de janeiro de 1940:

“... segundo informes colhidos numa pesquisa que fiz entre velhos moradores de S. Miguel, toda a extensão deste alpendre lateral era fechado por uma grade de balaústres de seção quadrada colocados losangularmente. [...] Um dos informantes contou que nesta sala assim fechada funcionava a escola onde ele mesmo estudou quando criança...” (SAIA, MTSP 8.3.1 [doc. 023], IPHAN 9ª SR/SP. Grifo nosso).

documentação das Pastas Suspensas do IPHAN. Não é possível, portanto, afirmar com precisão, como, onde e quando a aquarela foi localizada, mas, segundo informações prestadas pelo arquiteto José Saia Neto, ela não só era do conhecimento do SPHAN, como serviu de base para as investigações de busca das fundações da torre sineira.

(13) Segundo Lemos (1989, p. 40), as primeiras notícias sobre o uso de tijolos cozidos, em São Paulo, datariam do início do século 17. Documentos trazem ainda referências, em 1767, a “*índios oleiros que [Morgado de Mateus] estava enviando de São Miguel, nos arredores da cidade, a São Sebastião, para que ali fizessem telhas e tijolos destinados à fortificação daquela vila*”, o que seria um indício que o uso do tijolo cozido, em São Miguel, poderia datar desse século, não sendo tão recente, como de início teria julgado Saia.

É estranho, no entanto, que a imaginação do aquarelista tivesse criado, no início do século 19, uma solução de fechamento com pequenos vãos retangulares tão semelhante àquela encontrada pelos técnicos, no final dos anos 30.

Mais uma vez, prospecções realizadas no local serviram de instrumento para fundamentar (ou não) a hipótese lançada. Um relato de Saia, encarregado de elaborar, em 1939, um orçamento detalhado para envio à diretoria, permite-nos resgatar a seguinte informação:

“Posteriormente estive na igreja esburacando algumas paredes e, pelo que vi até agora, pude constatar que talvez não seja necessária a reconstrução da parede lateral esquerda, pois apesar de parecer um tipo completamente esporádico, certos elementos de sua estrutura indicam que é a primitiva. Assim o fato de ser executada com um tipo de tijolo antigo e, parece, não cosinhado, com ligação de terra.” (SAIA, MTSP 8.3.1 [doc.010], IPHAN 9ª SR/SP. Grifo nosso)

Dando continuidade às investigações prospectivas, Luis Saia revela, em carta de 8 de janeiro de 1940, encaminhada à diretoria do órgão:

“Alpendre lateral – com a retirada da parede de tijolo [...] se verificou o seguinte [...]:

a) a parede de tijolo estava apoiada sobre uma parede de taipa de 70 cms. de altura...” (SAIA, MTSP 8.3.1 [doc.023], IPHAN 9ª SR/SP).

Ainda que os relatos e os vestígios encontrados na base de taipa pudessem indicar a existência de esteios verticais de madeira, anteriores ao fechamento em tijolos, não seria possível recuperar a forma tridimensional primitiva desse elemento. Desse modo, a decisão acerca dos detalhes do desenho ficariam “a critério do Saia”, conforme atesta o bilhete do arquiteto José de Souza Reis:

“A documentação prova bem a suposição da forma anterior do alpendre. Assim o retorno aos esteios de madeira de acordo com os vestígios, é o que me parece certo.

Quanto ao fechamento com grade de madeira até 30 cm abaixo do frechal, pode ter sido uma forma posterior que talvez não seja preciso restabelecer a não ser por outra razão de ordem prática ou de aspéto. ‘deixar a critério do Saia’.” (REIS, s/data, MTSP 8.3.1 [doc.028], IPHAN 9ª SR/SP)

Vemos, então, que se a idéia da retomada do gradil partiu de Luis Saia, ela contou com o apoio da diretoria técnica do SPHAN. Esse nos parece ser o início, **o embrião de uma noção fundamental que nortearia as intervenções paulistas: o redesenho de uma solução a partir do conhecimento das técnicas tradicionais paulistas.**

Como todo processo em formação, podem ser verificadas algumas contradições na aplicação do conceito de intervenção. Nesse caso, a idéia de retomar uma solução “original” foi empregada parcialmente, a um elemento isolado, não se estendendo a todo o edifício.

Conforme atestam as imagens, após a remoção dos revestimentos, verificou-se que tanto os pilares quanto os fechamentos laterais do alpendre frontal também eram em tijolos (ver Figuras 4 e 5), evidência de sua construção em um momento posterior¹³. Ainda que fossem de um tipo de tijolo distinto do utilizado no fechamento do corredor, distinguiam-se, do mesmo modo, do núcleo original em



Figuras 4 e 5: Vista lateral e alpendre frontal sem a camada externa de revestimento, evidenciando a técnica de alvenaria de tijolos. Observar ainda os balaústres em madeira nos vãos de janela
Fonte: IPHAN 9ª SR/SP

taipa de pilão. Mesmo assim, ao alpendre frontal foi reservada uma ação de caráter mais conservativo, removendo-se apenas as bases salientes dos pilares e substituindo-se os gradis a meia altura por novos, também executados em madeira com peças diagonalmente dispostas.

O conflito entre as justificativas apresentadas para a manutenção de algumas soluções, em contraste com a decisão de remoção de outras, são indícios das contradições que permearam o processo de execução, então desamparado por um julgamento prévio e preliminarmente estabelecido em um projeto de restauro, assunto o qual retomaremos a seguir.

Etapa executiva: projeto, plano de obras e procedimentos de trabalho

O estado de abandono em que se encontrava a edificação motivou a ação da Direcetoria de Obras Públicas do Estado de São Paulo (DOP) a realizar levantamento e elaborar orçamento para serviços de reparos na capela, datados de janeiro de 1939. Tendo tomado conhecimento da iniciativa da DOP, a então 6ª Região do SPHAN, por intermédio de seu assistente técnico, arquiteto Luis Saia, estabeleceu um contato e sugeriu uma colaboração entre os referidos órgãos. Saia, contudo, demonstrou preocupação ao avaliar o orçamento elaborado pela DOP, e assim se expressou, em carta encaminhada a Rodrigo M. F. de Andrade, em fevereiro de 1939:

*“O levantamento feito não é completo, assim como o orçamento (verbalmente me informaram montar a 110:000\$000 (cento e dez mil contos de reis) talvez não corresponda ao rigor técnico exigida pelo SPHAN, pois **inclue a fatura de uma camisa de tijolo pela volta toda ao edificio, o que, segundo me parece, viria deformar completamente o caracter da construção de taipa.** ...”* (SAIA, MTSP 8.3.1 [doc.03]. IPHAN/9ª R/SP. Grifo nosso)

O orçamento apresentado propunha, além do encamisamento da taipa com alvenaria de tijolos assentada com argamassa de cal e areia, a execução de sapatas de alvenaria de tijolos dispostas sobre camada de concreto e substituição de frechal em madeira por cinta de concreto armado de 0,15 x 0,15 (m) de seção para apoio do telhado. Para os demais elementos – tais como cobertura e esquadrias –, os técnicos da DOP propunham que fossem utilizadas as técnicas originalmente empregadas, e segundo o mesmo desenho.

Foi solicitado, então, ao técnico Luis Saia, pela diretoria do SPHAN, que elaborasse um novo orçamento e um plano de obras. O plano proposto, no entanto, também era sucinto e não contemplava, de forma integral, as especificações técnicas para a conservação dos materiais, tampouco as soluções para as reintegrações formais as quais seriam realizadas, **evidenciando a ausência de um projeto de restauro propriamente dito**. Como mostram os vários documentos arquivados no órgão, a idealização da proposta iria acontecendo simultaneamente ao desenvolvimento das obras, à medida que os procedimentos preliminares já se iniciavam, entre os quais destacamos a remoção das camadas de revestimento:

*“Uma vez que não encontrei exemplo de restauração de edifício deste tipo, muita coisa terá sido calculada precariamente, como por exemplo, o custo de um metro cubico de taipa. Aliás, [...] não é possível a apresentação de um orçamento absolutamente rigoroso e detalhado. Muita parte da obra a executar só poderá ser perfeitamente caracterizada durante a fatura de outras. [...] Um outro detalhe que ilustra bem esta contingencia é o do revestimento: **sem duvida nenhuma o revestimento actual deve ser demolido completamente, e isto pode revelar vestigios de desaparecidas paredes.**”* (SAIA, MTSP 8.3.1 03. IPHAN/9ª SR/SP. Grifo nosso.)

O croqui abaixo reproduzido (ver Figura 6) – apesar da intenção de representar a hipótese de situação primitiva – é um dos poucos elementos que formalizam graficamente a solução de intervenção proposta para o corredor lateral:



Figura 6: Croqui de Luis Saia reproduzindo, em preto, a hipótese de configuração da capela primitiva, e destacando, em vermelho, o alteamento da nave. Na lateral, desenha o gradil proposto
 Fonte: IPHAN 9ª SR/SP

O plano elaborado por Saia tomava como parâmetro as atividades previstas para a restauração da Igreja de Embu e propunha a execução de esqueleto em concreto armado para reforço das estruturas monolíticas de taipa. Essa primeira medida é descrita e justificada pelo próprio Saia, quando detalha os procedimentos relativos a Embu, os quais, aliás, seriam uma referência a todo o trabalho a ser realizado em São Miguel:

“Sugiro que se encaixe na estrutura de taipa um verdadeiro esqueleto de concreto armado que constará de três vigas dispostas horizontalmente (15 x 15 cms) em três alturas; uma a 1 metro da base, outra na altura da base do pavimento superior e uma terceira na extremidade superior do pé-direito (esta com funcionamento especial e diréto de ajudar a sustentação da armadura do telhado, por meio de tacos); um sistema de colunas colocadas nos pontos de encontro das paredes de taipa (no caso de parede ter uma extensão livre de mais de 5 metros, se escolheria nela um ponto mais conveniente para aí localizar uma coluna) completaria o esqueleto, pois que estas colunas se casariam com as vigas horizontais em todos os pontos de encontro.” (SAIA, MTSP 8.3.1 [doc.03], IPHAN/9ª SR/SP. Grifo nosso)

Segue, ainda, no mesmo documento, explicando o modo como pretendia realizar essa técnica:

“A colocação deste sistema poderá ser executada se abrindo, nos pontos de introdução, um rasgo que, depois de executada a viga ou coluna de concreto armado, deverá ser preenchido com taipa (croquis...). A sustentação das colunas pode ser conseguida com bases de concreto (croqui...)”

E justifica, a seguir, as razões pela escolha do procedimento proposto:

*“A vantagem deste processo reside sobretudo no fato de não ser necessario com ele, deformação alguma no caracter da construção de taipa. **Reforço com camisas de tijolo deformam a parede de taipa, tirando dela o aspéto mais característico: a ausência de retidão, de superfície completamente plana.**”* (Ibid. Grifo nosso)

A intervenção pensada para a Capela São Miguel, assim como no caso descrito em Embu, não é pequena. São propostas 16 colunas, sendo 7 duplas (de 15 x 15 cada uma) e 9, simples (de 20 x 20), além de 20 vigas em concreto, perfazendo um total de 228 metros de extensão.

Seguindo o plano traçado, viria a proposta de intervenção na cobertura, que deveria, naturalmente, preceder as demais medidas de recuperação dos elementos internos. Estes dois primeiros itens – reforço da estrutura e recuperação da cobertura – seriam os mais fundamentais e urgentes, uma vez que garantiriam a futura conservação da capela como um todo, ou como descreve Saia, em 1939, a propósito, ainda, da restauração de Embu:

“Uma vez executados os serviços acima indicados, e estando, portanto o edificio resguardado, então se fará o restante que, embora não sendo o mais técnicamente difícil, é, sem dúvida, aquele que apresenta os problemas de solução mais delicada, num serviço de restauração.” (Ibid.)

A seguir, as considerações preliminares de Saia, com relação ao revestimento e pintura das paredes, piso, forro e esquadrias de São Miguel, em carta a Rodrigo M. F. de Andrade, de 3 de junho de 1939:

“... O piso da nave está revestido com lages, assim como a volta toda do edifício. **Este serviço é recente e a sua conservação me parece digna de estudo:** alem de funcionar preservando a base das paredes externas de humidade, julgo ser uma solução aceitavel para o problema da calçada circundante, necessaria. **Algumas portas e janelas são recentes e devem ser substituidas, assim como o gradil do alpendre;** no orçamento se incluiu a refatura de algumas portas e janelas e concerto de outras. [...] O revestimento e pintura das paredes é serviço inevitável. O forramento poderá aproveitar muitas peças daquele

existente, me parece, e o seu calculo no orçamento dependerá de confirmação posterior. ...”
(SAIA, MTSP 8.3.1., IPHAN 9ª SR/SP. Grifo nosso)

Como se observa, aos elementos considerados de fatura recente – tais como esquadrias e balaústres em madeira – estava prevista a substituição com posterior reconstituição do suposto feito original, tal como preconizado pela DOP. Por outro lado, o piso de “lages”, apesar de não configurar uma solução original, foi indicado como elemento a conservar-se, por seu aspecto não-conflitante com o existente e por sua funcionalidade.

Inicia-se, como se vê, nessa fase de elaboração do plano de obras, o surgimento de questões importantes relativas ao conceito geral do projeto de restauro. Porém, ainda não há, nesse momento, uma clareza a respeito dos parâmetros a seguir, nem uma metodologia de projeto preestabelecida.



Figura 7: Página inicial do primeiro Caderno de Obra de São Miguel. Observar as legendas explicativas, ao lado das fotografias
Fonte: IPHAN 9ª SR/SP

(14) “ *que ele Saia está agindo com muito critério – que a documentação está muito boa...*”, como se vê no bilhete manuscrito de Lucio Costa, enviado a Luis Saia, na regional. (COSTA, MTSP 8.3.1. [doc.029], IPHAN 9ª SR/SP)

(15) Segundo o arquiteto José Saia Neto (IPHAN 9ª SR), essa técnica teria sido utilizada pela primeira vez em São Paulo: “*A primeira vez que ela é usada é São Paulo. É Embu e São Miguel. É uma questão de concepção. Depois essa concepção, certamente, ela é [...] muito discutida com o Joaquim Cardoso, aí o Joaquim Cardoso começa a sistematizar isso em Minas Gerais.*” Entrevista concedida à autora em 25/2/2003.

(16) Esse sistema consiste no apiloamento de camadas sucessivas de terra, dentro de uma forma, geralmente de madeira e de dimensões variáveis, denominada taipal. Cf. SCHMIDT, 1946; FERNÁNDEZ, 1995, p. 5-24.

(17) O *dicionário da arquitetura brasileira* (CORONA & LEMOS, 1972, p. 437-439) não faz qualquer menção a peças de madeira – horizontal, vertical ou diagonalmente dispostas – como parte integrante dessa técnica construtiva. A publicação *Alvenaria e cantaria* (p. 96) refere-se à inserção de “... *um pequeno esqueleto de madeira interiormente, pelo menos parcial, se as paredes atingem uma altura considerável*” para reforço da taipa. Ávila (1996, p. 87), por sua vez, assim define o verbete “taipa de pilão”: “*É o sistema em que as paredes são maciças, constituídas apenas de barro socado. Pode incluir*

Por outro lado, a preocupação em documentar o andamento da obra para tornar possível o acompanhamento, a distância, pelos técnicos da diretoria, reflete-se na abundância de registros escritos e fotográficos presentes nos arquivos da instituição, que rendeu elogios de Lúcio Costa¹⁴.

Essa rotina do órgão – com suas regionais conectadas a uma direção central – acabou por configurar um modelo de procedimento que incluía, entre outros, o envio de informações periódicas e sistematizadas – em forma de relatórios, cartas, desenhos e registros fotográficos, à diretoria do serviço. Mas os meandros burocráticos não seriam suficientes para proporcionar esse vasto e preciso material, e, sim, e fundamentalmente, a necessidade do diálogo, fruto do relativo isolamento da regional paulista e da preocupação, de Luis Saia, em realizar uma intervenção equivalente à importância dos bens arquitetônicos mapeados.

Das soluções técnicas para a conservação dos materiais e reintegração dos elementos

Sem dúvida, o crítico estado de conservação da capela como um todo e, principalmente, das estruturas monolíticas de taipa, demandava medidas emergenciais. Porém, vale destacar que, apesar da preocupação de Luis Saia em não “*deformar o caráter da construção de taipa*”, ao propor a inserção de uma estrutura de concreto, estaria realizando uma intervenção de caráter muito mais irreversível do que o reforço em alvenaria de tijolos assentados com argamassa de cal, proposto inicialmente pela DOP. Além disso, também estaria inaugurando um procedimento de intervenção em edificações que seria amplamente utilizado pelo SPHAN, não só nas obras realizadas pela regional paulista, como também em outras regiões do país¹⁵.

Como já foi dito, o núcleo original da edificação foi construído em taipa de pilão¹⁶, técnica muito difundida em São Paulo e tradicionalmente utilizada desde os primórdios da colonização até o século 19. A qualidade da taipa dependia de diversos fatores, entre os quais: a seleção da terra; a qualidade do apiloamento (compactação); e a proteção de sua superfície, seja por meio de recursos arquitetônicos (grandes beirais, por ex.), seja por meio da obrigatória camada de revestimento. Desse modo se garantiria a proteção contra seu principal agente de degradação: a ação da água e da umidade.

Os problemas detectados em São Miguel, longe de serem uma exceção à regra, referiam-se justamente às infiltrações provocadas por danos no entelhamento e à ausência parcial da camada de revestimento. Vale ainda ressaltar o comprometimento da estrutura em madeira¹⁷ – visível na documentação fotográfica de uma das paredes da capela lateral (ver Figuras 8 e 9), e entendida, por Saia, como um reforço à taipa primitiva –, em função da presença de umidade e do ataque de insetos xilófagos. As medidas iniciais visariam à recuperação dessas estruturas monolíticas de terra.

Luis Saia demonstrou preocupação com a possível deformação do “*caracter da construção de taipa*”, justificando, assim, sua proposta para a adoção de um sistema formado por vigas e pilares de concreto armado. Contudo, a ausência de um projeto estrutural contendo o esquema proposto, ou mesmo de fotos que, de forma integral, evidenciassem as novas estruturas inseridas, tornam difícil o resgate preciso dessa intervenção de consolidação estrutural. Ou seja, do plano de obras



Figuras 8 e 9: Aspectos das estruturas em madeira da parede externa da capela lateral
Fonte: IPHAN 9ª SR/SP

em sua espessura reforços longitudinais de madeira.” O próprio arquiteto Luis Saia apresenta suas considerações em seu texto “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século”, escrito em 1945: “A primeira diferença que distingue das posteriores as paredes de taipa mais antigas, [...] é a existência sistemática, nas construções mais velhas, de peças de madeira, situadas no interior das paredes, em sentido longitudinal, as intervalos que variam de 60 cm a 1 metro. Trata-se, por assim dizer, de uma verdadeira terra armada, onde eram previstas determinadas solicitações e executados os travamentos correspondentes.” (SAIA, 1995, p. 81-83). Essa descrição de peças “no interior das paredes” não se aplica, no entanto, ao caso de São Miguel, no qual o próprio Saia observa o encaixe superficial, nas faces externas da taipa (ver Figuras 8 e 9).

proposto à real execução existe uma lacuna, o que não nos impede de formular ao menos duas hipóteses prováveis, resultantes do cruzamento das informações constantes no plano de obras e dos dados obtidos por meio de entrevistas.

Em uma **primeira hipótese**, suporíamos que a intervenção realizada tenha introduzido uma nova estrutura de concreto, formada por vigas e pilares, pelos rasgos executados na taipa, no encontro das paredes externas, conformando um sistema de estrutura independente, conforme previa o plano previamente elaborado.

Se, desse modo, segundo a análise de Saia, seria impedida a deformação do aspecto plástico da edificação, por outro lado, a inserção de uma estrutura independente, executada por um sistema de vigas e pilares de concreto armado, nas paredes monolíticas de taipa, geraria uma completa inversão da lógica estrutural da edificação – originalmente autoportante – inutilizando-se, do ponto de vista estrutural, a matéria da taipa, esvaziando-a de seu sentido mais fundamental.

Viollet-le-Duc, o primeiro teórico a indicar procedimentos relativos à ação de restauração, já se posicionava ante o perigo da alteração da lógica estrutural de um edifício:

“Mas não deve ele [o arquiteto] levar em conta, então, a disposição dos pontos de apoio? Deve ele mudar as condições de equilíbrio? Se a tesoura de madeira a ser substituída carregava igualmente as paredes, não deveria ele buscar um sistema [...] que apresentasse essas mesmas vantagens? [...] Eis aí um ponto capital.” (VIOUET-LE-DUC, 2000, p. 66-67)

Além da não-desejada descaracterização, a alteração aleatória da lógica estrutural primitiva poderia gerar efeitos adversos, não-previstos, podendo contribuir para sua desestabilização.

Na **segunda hipótese** suporíamos que a estrutura em concreto teria sido introduzida somente nas lacunas deixadas após a remoção das peças verticais,



Figuras 10 e 11: Abertura de rasgos na taipa para inserção do concreto
Fonte: IPHAN 9ª SR/SP

horizontais ou diagonais, de madeira, que se encontrassem em avançado estado de deterioração (ver Figura 9). Nesse caso, permanecendo os frechais em seu local de origem – ou seja, apoiados no topo das paredes de modo a distribuir os esforços da cobertura, ao longo de sua extensão – talvez, o novo sistema introduzido não alterasse a lógica estrutural primitiva da antiga construção. Difícil, então, entender as razões pela escolha do concreto em substituição à madeira que, serrada, iria distinguir-se da estrutura “original”, marcando a intervenção.

Concluimos, então, que o uso do concreto estaria conectado menos a uma necessidade e mais a uma vontade de utilizar o novo material, ressaltando a “modernidade” da intervenção, e, provavelmente, fruto da influência das proposições modernas que viriam, em breve, tomar corpo, e explorariam seu uso tanto como recurso técnico quanto como recurso formal. Vale registrar a ausência, em toda a documentação pesquisada, de qualquer questionamento ou crítica negativa, por parte da direção técnica, no Rio de Janeiro, o que vem revelar que esta solução parece ter tido a aceitação dos demais técnicos, e o material seria considerado adequado, compatível e, talvez principalmente, moderno.

Com relação aos revestimentos, sabe-se que as argamassas à base de cal e o acabamento em pintura, também a cal, faziam parte intrínseca dos sistemas construtivos em terra, garantindo a proteção das superfícies e permitindo a evaporação da umidade presente no interior das paredes.

Nessa primeira intervenção realizada pelo SPHAN, é possível ter se utilizado a cal, porém a inexistência de documentação da época detalhando as soluções, e os reparos e substituições posteriores realizados impossibilitam a determinação do tipo de argamassa executada. Apenas em registros do final da década de 70 aparece a descrição da composição (“cimento e areia”) e do traço (“1:4, ...

Figura 12: Aspecto do templo após restauração, década de 40
Fonte: IPHAN 9ª SR/SP



(18) Cf. Pasta Suspensa MTSP 8.6.1. Relatório de vistoria de 10 de junho de 1979. IPHAN 9ª SR/SP.

(19) “... O cimento em grandes quantidades produz argamassas muito densas não compatíveis com edifícios históricos. Em pequenas quantidades também tem sido identificado seu efeito negativo nas argamassas de restauro a base de cal. Ao diminuir a porosidade da cal, resulta um material de menor durabilidade...” (KANAN, 1996)

(20) Cf. IPHAN, 2000, p. 13-19.

aplicado sobre a taipa ligeiramente úmida”) da argamassa a ser utilizada nos reparos de trechos que apresentavam descolamento parcial ou integral¹⁸.

Porém, vale lembrar a inserção, descrita pelo próprio Luis Saia, de placas de cimento, nas bases da edificação, para proteção contra a umidade externa (respingos de chuva); placas essas que, por seu alto grau de impermeabilidade¹⁹, dificultavam a saída da umidade, podendo ter acelerado o processo de desagregação das argamassas originais.

ANÁLISE DA INTERVENÇÃO

O primeiro ponto a ser lembrado refere-se ao pioneirismo dessa intervenção que, com Embu, iria inaugurar os processos de salvaguarda dos bens arquitetônicos paulistas pela regional do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Isso ocorre no final da década de 30, quando os preceitos do primeiro documento formulado, visando orientar as restaurações arquitetônicas – a Carta de Atenas, de 1931²⁰ – ainda estavam sendo assimilados. Sob esse ponto de vista, é esperada a constatação de contradições visíveis na obra realizada, principalmente no que se refere aos conceitos gerais da intervenção.

Um das questões que transparecem é, por exemplo, a leitura e, conseqüentemente, o tratamento do bem arquitetônico enquanto monumento isolado. Vale a pena uma análise das fotografias realizadas durante os levantamentos preliminares (ver Figuras 1 e 2), nos quais se observa, além do cruzeiro fronteiro, edificações que, contíguas ao edifício ou localizadas em seu entorno imediato, conformavam um conjunto. Se algumas dessas residências seriam ou não tão antigas quanto o templo, ou se possuíam elementos ou técnicas construtivas de interesse de preservação, não é possível saber, pois essas edificações se situavam fora dos limites da investigação do SPHAN. Dessa forma, sem que se procedessem a pesquisas, estudos ou levantamentos, os exemplares contíguos à capela foram demolidos, o mesmo ocorrendo com o antigo cruzeiro.

Mas a **remoção dos elementos considerados espúrios à primitiva configuração** não ocorre apenas no plano das proposições relativas ao entorno imediato. Esse conceito é aplicado também em formulações de intervenção no próprio edifício.

Por exemplo, lembremos o caso da remoção do fechamento em alvenaria de tijolos para a retomada do que, supostamente, teria sido a forma do gradil lateral primitivo. Diante dos frágeis dados coletados – registros orais de moradores e vestígios fragmentados da antiga solução – seria oportuno questionar se havia a consciência de que se tratava, ali, de um redesenho, já que não havia documentação suficiente que permitisse a restituição da feição primitiva.

Fica claro, pois, que **a intenção de reintegrar o monumento a um de seus momentos de origem, ou a um momento inicial, acabava impregnada pelos conceitos e também pelos novos materiais pensados a partir da lógica de produção contemporânea de arquitetura.**

Sob a mesma ótica, compreende-se a opção pelo uso das estruturas de concreto armado. A tão citada “ameaça de ruína” não é visível nas fotografias realizadas pela regional. É, no mínimo, intrigante, então, perante a aparente integridade estrutural da edificação, a extensão dos serviços propostos. Tal escolha parece ser fruto muito mais de um desejo de utilização desse novo material do que, propriamente, uma necessidade real de ordem puramente técnica.

Outro ponto fundamental para a compreensão dos processos de trabalho, nesse momento inaugural, dá-se com relação aos **modelos de referência**. Um dos canais de investigação e uma das fontes para as formulações esboçadas encontrava base nas pesquisas tipológicas as quais tinham início por todo o Brasil. No caso de São Paulo, grande parte dessas pesquisas e dessas formulações iniciais concentravam-se em torno da tipologia da casa bandeirista.

Em relação à Igreja de São Miguel, especificamente, as primeiras análises tipológicas empreendidas por Luis Saia, preliminarmente ao restauro, referem-se à leitura dos alpendres da edificação e foram registradas no artigo “O alpendre nas capelas brasileiras”, do terceiro número da revista do SPHAN (SAIA, 1997, p. 60-67), no qual cita o alpendre de uma única água, ao qual foi reservada uma ação de caráter mais conservativo que “restaurador”, mantendo-se a solução encontrada.

Outra direção importante tratou da hipótese de existência de uma capela menor, embrião original do templo encontrado e, por conseqüência, do possível aspecto primitivo da cobertura (ver Figura 6). Esse núcleo, cujos vestígios materiais se resumiam às paredes de taipa da nave, logo tomou forma tridimensional, assemelhando-se, tipologicamente, a um outro exemplar conhecido, como revela este trecho de carta enviada a Rodrigo M. F. de Andrade, em 8 de janeiro de 1940:

“Posta esta preliminar hipótese de ter existido uma capela menor antes da actual, e cujas paredes foram aproveitadas nesta [...], é bem possível que o plano da capela primitiva tenha sido igual ou do mesmo tipo da capela de Santo Angelo: com o telhado do alpendre lateral como prolongamento do da igreja (nave). Vai foto desta igreja também...” (Saia, MTSP 8.3.1., IPHAN 9ª SR/SP)

A constatação dos indícios da primitiva capela, no entanto, não se refletiu em uma suposição que este exemplar, com os possíveis “modelos” listados no artigo, poderiam constituir, ao invés de tipologias básicas, produtos híbridos, resultado de

alterações formais, ao longo do tempo, possivelmente gerando justificativas e resultados diversos dos encontrados nessa intervenção.

Por fim, interessa-nos registrar a participação de Lucio Costa, comentando as obras dos jesuítas, em São Paulo:

“... que não são sempre as obras academicamente perfeitas, dentre dos cânones greco-romanos, as que, de fato, maior valor plástico possuem. As obras de sabor popular, desfigurando a seu modo as relações modulares dos padrões eruditos, criam, muitas vezes, relações plásticas novas e imprevistas, cheias de espontaneidade e de espírito de invenção, o que eventualmente as coloca em planos artisticamente superior aos das obras muito bem comportadas, dentro da regra do ‘estilo’ e do bon ton, mas vazia de seiva criadora e de sentido plástico real.” (COSTA. *Histórico. Antecedentes e utilização.* Pasta de Inventário n. 2448, IPHAN, Arquivo Noronha Santos/RJ)

Da observação de Lúcio Costa vale ressaltar o “tempero modernista” das afirmações, ao enaltecer as *“as relações plásticas novas”* e o *“espírito de invenção”*. Certamente, a influência da escola moderna de arquitetura teve sua contribuição na feição final do monumento. As superfícies mais lisas, lisas e brancas – caiadas –, acentuando o contraste com as madeiras escuras; os jogos de luz e sombra provocados pelos planos vazados do corredor lateral são alguns dos indícios que havia uma conexão maior, interligando tanto os processos de produção contemporânea de arquitetura quanto os recém-inaugurados procedimentos de intervenção no patrimônio edificado: as soluções encontradas na arquitetura “colonial” brasileira.



Figuras 13 e 14: Fechamento vazado do corredor lateral: aspecto final após a restauração, década de 40
Fonte: IPHAN 9ª SR/SP

BIBLIOGRAFIA

- ÁVILA, Affonso. *Barroco mineiro: Glossário de arquitetura e ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 232 p.
- _____. *Alvenaria e cantaria*. Biblioteca de Instrução Profissional. 2. ed. Paris, Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, s/data. 254 p.
- ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. O nariz torcido de Lucio Costa. *Sinopses*, São Paulo, n. 18, p. 5-17, dez. 1992.
- _____. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Fundação Pró-Memória, 1981.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: MinC-SPHAN-FNPM, 1987b.
- _____. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: MEC-FNPM, 1986.
- ARANTES, Antonio Augusto (Org.). Cidadania. Número temático da *Revista do Patrimônio*, Rio de Janeiro: SPHAN/Minc, n. 24, 1996. (Vários artigos)
- _____. Revitalização da capela de São Miguel Paulista. *Produzindo o passado: Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984, p. 149-174.
- BOITO, Camillo. *Os restauradores*. 2. ed. Tradução Beatriz M. Kühn e Paulo M. Kühn. Cotia: Ateliê Editorial, 2003, 63 p.
- BRANDI, Cesare. *Teoría de la restauración*. Madri: Alianza Editorial, 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional próMemória. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: Uma trajetória*. Brasília: MEC, 1980.
- CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus, 1995.
- _____. (Org.). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: UFRJ, Paço Imperial, Tempo Brasileiro, 1993.
- _____. O cidadão moderno. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 106-115, 1996.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Editora Unesp, 2001.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.
- COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 26, p. 105-169, 1997.
- _____. *Arquitetura. Lucio Costa*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2002.
- _____. Documentação necessária. In: *Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAUUSP/MEC-IPHAN, 1975, p. 91-98.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec/PMSP/Secretaria Municipal de Cultura, 1985.
- FERNÁNDEZ, Rosa Amelia Flores. *Estudo da taipa de pilão visando as intervenções em edificações de interesse cultural*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 1995.
- FICHER, Sílvia. *Ensino e profissão: O curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de SP*. 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. *O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- GONÇALVES, Cristiane Souza. *Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional relativa aos bens tombados do estado de São Paulo. Acervo das Pastas Suspensas*. 2003. Trabalho Programado 3. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- _____. *Metodologia para a restauração arquitetônica: A experiência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo, 1937-1975*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GUÉDES, Tarcila. *O lado doutor e o gavião de penacho. Movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: O serviço do patrimônio histórico (SPHAN)*. São Paulo: Annablume, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. 384 p.

_____. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 26, 455 p., 1997.

KANAN, Maria Isabel Corrêa. *Argamassas, rebocos e tintas a base de cal*. 1996. Apostila da Oficina de Cal, realizada no curso de especialização "Patrimônio Arquitetônico: Preservação e Restauro", da Universidade Cruzeiro do Sul.

_____. *Projeto terracal. Problemas com argamassas e rebocos de cimento aplicados em alvenarias antigas*. Apostila fornecida na Oficina de Cal do curso de especialização "Patrimônio Arquitetônico: Preservação e Restauro", da Universidade Cruzeiro do Sul, 2002.

KATINSKY, Julio Roberto. *Casas bandeiristas – Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. São Paulo: IGEOG/USP, 1976.

LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Casa paulista*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 1984.

SAIA, Luis. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século. In: *Arquitetura Civil I*. São Paulo: FAUUSP/MEC-IPHAN, 1975a, p. 221-281.

_____. O alpendre nas capelas brasileiras. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 26, p. 60-67, 1997.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-95, 1996.

SCHMIDT, Carlos Borges. Construções de taipa – Alguns aspectos de seu emprego e da sua técnica. Monografias. *Boletim de Agricultura*, série 47-A, ano 1946, número único.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Tradução Beatriz M. Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2000, 70 p.

WAGNER, Robert. *Viagem ao Brasil – Rio de Janeiro e São Paulo nas aquarelas de Thomas Ender, 1817-1818*. São Paulo: Kapa Editorial, 2003, 280 p.

WISNIK, Guilherme. *Lucio Costa*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, 128 p.

Cristiane Souza Gonçalves

Graduada em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com especialização em Patrimônio Arquitetônico: Teoria e Projeto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Puc-Campinas, e mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.
e-mail: crisgon@usp.br